



A QUE(M) VEM SERVINDO A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Francisco Arseli Kern¹
Juliana Barreto da Silva²

Resumo

O presente estudo aborda a temática da educação superior no Brasil utilizando principalmente as concepções de Kátia Lima e Pablo Gentili como fundamentação teórica. Busca-se analisar sob uma perspectiva histórica dialética a direção que vem percorrendo a política de educação superior no Brasil a partir da reestruturação capitalista da década de 70, considerando, além das medidas políticas, as estratégias ideó-culturais empregadas para sua legitimação. Dentre outros fatos, evidenciou-se que historicamente governos produzem e reproduzem mecanismos para a implementação de uma política de expansão de acesso à educação superior, porém sempre sob uma lógica mercantil em detrimento das reais necessidades sociais.

Palavras-chave: Política de Educação Superior. Estratégias Ideó-culturais. Capitalismo.

1 INTRODUÇÃO

A crise capitalista mundial da década de 70 foi reflexo do aumento da pobreza, da queda das taxas de lucro que configuravam um esgotamento da acumulação do capital e da ameaça socialista contra hegemonia capitalista. Para a manutenção do sistema capitalista e reestabelecimento de sua hegemonia sob o fundamento da doutrina neoliberal, iniciou-se um processo de reestruturação capitalista que significou profundas modificações no modo de produção e no reordenamento do papel do Estado. Neste contexto, as relações de trabalho entram num processo de flexibilização e conseqüente precarização, com a exigência de novas formas de gestão e de um novo perfil de trabalhador: o polivalente. O Estado é responsabilizado pela crise em razão de seu papel intervencionista no mercado e na vida social e culpabilizado por elevados gastos sociais e ineficiência administrativa, tendo seu papel reduzido e, assim, passando a compartilhar sua responsabilidade pelos serviços sociais com o setor privado e organizações não-governamentais, potencializando a expansão de promissores campos de investimento e rentabilidade para a exploração do capital, transformando estes serviços em mercadorias.

Essas mudanças conjunturais, associadas à intensificação do processo de mundialização do capital e da conseqüente competitividade que se acirravam na década de 90, rebateram na política de educação superior e materializaram-se nas reformas educacionais que também se constituem como estratégias de enfrentamento da crise de acumulação do capital e se constituem como reprodutoras do projeto ideológico neoliberal.

Dado este contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar sob uma perspectiva histórica dialética a direção que vem percorrendo a política de educação superior no Brasil a partir da reestruturação capitalista da década de 70, considerando, além das medidas políticas, as estratégias ideó-culturais empregadas para sua legitimação. Esta análise pretende viabilizar uma compreensão sobre a atual configuração da política de educação superior e responder à que(m) vem servindo. Para isto, utilizar-se-á primordialmente como base teórica as obras de Kátia Lima (2007; 2009) e Pablo Gentili (1995).

¹ francisco.kern@pucrs.br - FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA PUCRS.

² coord.fss@pucrs.br - Programa de Pós Graduação da FSS/PUCRS.



2 DESENVOLVIMENTO

A reforma universitária de 1968 conduzida pelo governo militar dá início a configurações de políticas e concepções de educação que se reproduzem, se intensificam ou se reconfiguram sob a mesma base ideológica na atualidade. Conforme Lima (2007, p. 129) citando Fernandes (1989) o governo concentrou-se em algumas ações fundamentais, como a simulação da democratização da educação superior com a ampliação de vagas e a introdução da concepção de ensino como mercadoria, "o estudante não saberia o valor do ensino se ele não pagasse pelo curso". O objetivo dessas ações era expandir o mercado privado da educação, manter a ordem social e, conforme expressão utilizada pela autora, "conformar mentes e corações" à ordem burguesa utilizando o argumento do desenvolvimento do país, tudo isto a fim de alinhar o país às exigências do capital.

A década de 80 foi marcada por intensos movimentos sociais e políticos que lutavam pelo fim da ditadura militar, pela redemocratização do país e por garantia de direitos. Desse processo de redemocratização resultou a Constituição Federal de 1988, que, dentre outros direitos, instituiu a educação como um direito social (art. 6º), e como um dever do Estado e da família (art. 205), que tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I). Aspecto importante de salientar, é que ao mesmo tempo em que é promulgada a Constituição Cidadã, em que se instituem legislações mais dignas para a população e se vislumbra a construção de um novo cenário alinhado com a democracia e a justiça social, o ideário neoliberal avança e consolida-se de forma contraditória a um momento que se esperava de construção de um processo de democratização político, econômico, social e jurídico.

A partir da década de 90, então, os direitos garantidos pela Constituição vêm sendo desmontados pelo acirramento do neoliberalismo e pela globalização da economia e o resultado deste processo para as políticas sociais é que elas assumem uma lógica mercantil, de forma focalizada e seletiva, perdendo sua concepção de direito e permeada cada vez mais por interesses privados do capital. Para a educação, assim como para outras políticas sociais, a década de 90 entra com uma tendência fortíssima a mercantilização e privatização, principalmente do ensino superior, desconstruindo a lógica do direito a educação. Segundo Lima (2009), a expansão do acesso ganha nova racionalidade através de dois mecanismos: a "explosão" do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior públicas. No entanto, a autora salienta que:

A privatização da educação brasileira não é um elemento político exclusivo do projeto neoliberal de sociabilidade: constitui-se em uma marca histórica da inserção capitalista dependente do Brasil na economia-mundo, seja por intermédio da privatização interna das universidades públicas ou do estímulo à abertura de cursos privados. No entanto, nos anos de contra-revolução neoliberal essa privatização ganhou novos contornos (2007, p. 130).

Na análise realizada pela referida autora sobre as reformulações da educação superior realizadas no período que ela chama de contra-revolução neoliberal (1990 a 2004), percebe-se que o projeto neoliberal foi percorrendo os governos constantemente através de diferentes instrumentos legais implementados, seguindo a mesma lógica de atendimento dos interesses do capital em detrimento das necessidades da classe trabalhadora. Para a autora essas reformulações seguem três objetivos que estão de acordo com as determinações dos representantes do capital: o alívio da pobreza, a difusão de um novo projeto de sociabilidade burguesa e a constituição de um promissor e lucrativo campo de mercado para o investimento e exploração do capital internacional.

Demonstrando o que foi exposto no parágrafo anterior, Lima (2007) afirma que os projetos de reformulação da educação superior do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994) caracterizaram-se por uma política intensa de privatizações e estavam pautados no objetivo de formar recursos humanos para atendimento das demandas de um mercado competitivo, a fim de inserir o Brasil na economia globalizada e na sociedade da informação. Neste governo, a modernização, a democratização e a eficiência



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

foram utilizadas como justificativas para a reformulação da educação através da implementação de políticas privatistas que fomentaram a utilização de recursos públicos e privados, com investimentos no setor privado, novas formas de gestão da educação e a redução de custos sociais.

Com relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso, Lima (2007; 2009) observa que este identificou a educação como um serviço público não-estatal, isto é, um serviço que poderia ser prestado tanto por instituições públicas quanto privadas, assim, se justificando o financiamento público (direto ou indireto) para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas. Desta forma, a responsabilidade do Estado com a política de educação superior pública é ainda mais reduzida e a lógica do governo se materializa através da redução de verbas públicas, da precarização do trabalho docente, da submissão da formação profissional às exigências do mercado e do estímulo ao empresariamento desta área. A expansão do acesso à educação também foi uma política implementada neste governo sob o discurso de democratização do acesso à educação.

A reformulação da educação superior do governo Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecida pela autora como o aprofundamento do padrão dependente, é vista pela mesma como uma continuidade dos projetos políticos dos governos anteriores, seguindo os princípios e diretrizes neoliberais ditados pelos representantes do capital. Este governo identificou a educação inserida no setor de serviços não-exclusivos do Estado, o que, desta forma, aprofundou a desresponsabilização do Estado com a educação superior e seu empresariamento. Sua política de governo foi "o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira", e o acesso à educação superior foi "sua mais eficiente estratégia de manipulação ideológica". (2007, p. 126). Assim, na análise de Lima:

A crise da universidade é, desta forma, imposta pela crise constante do capital em sua busca incessante pela lucratividade e pela conformação de mentes e corações ao seu projeto societário. Nestes marcos, a expansão do acesso ocorre, historicamente, associada à ação direta do setor privado na área educacional (2007: p. 126).

Analisando a trajetória histórica da política de educação superior no Brasil pode-se perceber claramente a intensificação constante do processo de privatização e transformação da educação em uma mercadoria rentável ao capital e voltada para o capital, já que o objetivo da formação parece estar subordinado ao atendimento das necessidades do mercado. Mesmo considerando que os governos assumem uma política de expansão do acesso à educação superior, podemos nos questionar que expansão é esta? Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2013) demonstram de que forma vem se dando esta expansão e que direção, então, a educação superior brasileira vem percorrendo: o total de alunos matriculados na educação superior brasileira ultrapassou a marca de 7 milhões em 2012, porém, as 2112 instituições privadas são responsáveis por 73% destes, enquanto o restante (27%) estão nas 304 instituições públicas de ensino superior. É esta expansão que queremos? A expansão de instituições privadas? A expansão do mercado da educação, da educação como uma mercadoria?

Devemos entender que para consolidação destas políticas educacionais privatistas e para manutenção e fortalecimento mesmo do projeto ideológico neoliberal há necessidade de sua difusão e reprodução por meio de mecanismos ideológico-cultural que são utilizados para formação do consenso em torno da lógica capitalista mercantil, o que vem sendo realizada pelos representantes do capital (burguesia internacional, organismos internacionais como FMI, Banco Mundial e UNESCO, bem como referendado de acordo com os interesses da burguesia nacional) conforme se pode perceber no decorrer da análise de Lima (2007; 2009) e que será trabalhada a seguir de forma mais aprofundada nas análises de Pablo Gentili (1995).

Analisando a ofensiva neoliberal contra a escola pública, Gentili (1995) ressalta a importância de reconhecer as estratégias ideológico-culturais que possibilitam o triunfo e o



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

fortalecimento do projeto neoliberal. O autor acredita que "a acumulação de capital sempre implicou uma tendência generalizada e crescente à mercantilização de todas as coisas" (p. 228) e que essa expansão mercantil causa impacto não só nas "coisas materiais", mas também na materialização da consciência das pessoas.

É assim que os indivíduos, na medida em que introjetam o valor mercantil e as relações mercantis como padrão dominante de interpretação dos mundos possíveis, aceitam - e confiam - no mercado como o âmbito em que, "naturalmente", podem - e devem - desenvolver-se como pessoas humanas. No capitalismo histórico, tudo se mercantiliza, tudo se transforma em valor mercantil (Gentili, 1995, p. 228).

Para o autor esta introjeção, esta naturalização da mercantilização das coisas se constrói não apenas através da implementação de medidas políticas, mas também através de estratégia culturais que dão sentido a ela e desintegram qualquer outra possibilidade de pensamento. Tais estratégias se configuram na reprodução de discursos e conceitos esvaziados de seu sentido, como democracia e direito, e desvalorização do aparato institucional garantidor de direitos. Nesta perspectiva, o autor desenvolve sua análise sobre a manutenção e fortalecimento da reestruturação econômica, política e social capitalista e sua lógica mercantil.

Na análise do autor (1995), a reestruturação capitalista (exposto no início deste trabalho) realizada pelo neoliberalismo potencializou uma característica histórica e própria da sociedade capitalista que foi a dualização (divisão social: os ganhadores e os perdedores, os integrados e os excluídos) e marginalização de setores cada vez mais amplos da população. E essa característica é evidenciada como algo normal e até desejável para o desenvolvimento de uma sociedade competitiva de mercado, por meio do qual as ideologias meritocráticas e do individualismo competitivo a justificam e legitimam.

O princípio do mérito é utilizado como estímulo aos indivíduos na conquista de bem-estar, de um sistema de proteção do trabalho e da possibilidade de ascensão de classe (o que o Estado deveria garantir), já que na funcionalidade do mercado cada indivíduo tem um valor de troca de acordo com sua capacidade individual e será retribuído de acordo com sua eficiência, no entanto, caso não tenha êxito, o indivíduo é culpabilizado, única e exclusivamente, pois na ideologia do capital o sistema oferece as oportunidades. O princípio do mérito, conforme Gentili:

Ainda quando ideologicamente costuma ser apresentado como *norma de igualdade* (já que, aparentemente, permite a mobilidade social em função de certos atributos que o indivíduo joga e conquista "livremente" no mercado), o princípio do mérito é fundamental e basicamente uma *norma de desigualdade*. Como tal, consagra a divisão social dualizada, ao mesmo tempo em que a transforma em uma meta a ser conquistada. (OFFE, 1976; LO VUOLO, 1993 *apud* GENTILI, 1995: p. 234)



Podemos utilizar como exemplo a política de enfraquecimento das instituições públicas de educação superior através da redução de gastos públicos e da privatização interna, bem como do incentivo público às instituições privadas, mediante uma política cultural que ao mesmo tempo promove a expansão do acesso à educação superior em instituições privadas em sua maioria (conforme observado anteriormente pelos dados do INEP) e reduz a responsabilidade do Estado através do discurso da ineficiência das instituições públicas e da incapacidade do Estado no financiamento de serviços sociais públicos. Por esta lógica Gentili(1995) afirma que a política de reforma cultural "pretende negar e dissolver a existência mesma do direito à educação" (p. 244), pois nas palavras do autor:

o neoliberalismo precisa - em primeiro lugar, ainda que não unicamente - despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas (GENTILI, 1995: p. 244)

Na visão do autor (1995) a cultura da mercantilização da educação e de negação deste direito triunfa através do uso e abuso de estratégias discursivas sobre qualidade e articulação da educação e do trabalho. O discurso da qualidade da educação caracteriza-se por seu conteúdo fundamentado na qualidade produtivista. Para os neoliberais a qualidade da educação possui um status de "propriedade", o que significa que ela está no mercado e é passível de compra e venda. A qualidade da educação como propriedade supõe, então, a diferenciação do universo de consumidores de educação e a legitimidade de exclusão de outros de seu usufruto, já que se trata de algo "adquirível no mercado dos bens educacionais" (p. 246).

Portanto, a qualidade da educação no discurso neoliberal não se define por uma condição de direito e não é algo universalizável. Assim como a condição do trabalho também não é definida como direito. E o discurso que relaciona educação-trabalho a reduz a uma fórmula mercadológica de "educação para o emprego", sob a lógica de que aqueles que "possuem" a propriedade da educação de qualidade "terão maiores opções de emprego no mercado de trabalho para ter acesso à propriedade de um salário; os não-proprietários, menos" (p. 249). Trata-se de uma relação que reduz a educação somente a possibilidade de acesso ao trabalho.

Em suma, a obra de Gentili procurou desvendar e denunciar as estratégias ideo-culturais utilizadas pelo neoliberalismo que produzem no imaginário social uma realidade que parece tornar impossível a possibilidade de se pensar em outra. E coloca como desafio a criação de novas condições ideo-culturais fundadas nos direitos democráticos, na igualdade e na justiça social.

3 CONCLUSÃO

A política de educação superior brasileira se constitui historicamente no engendramento econômico, político, social e ideo-cultural do país, desde suas origens a questão do acesso à educação superior está em pauta, contudo, mesmo com resistência, esta política se constituiu sob a lógica hegemônica do capital, voltada para o atendimento das necessidades do mercado capitalista, com o objetivo de abertura de campos lucrativos para a exploração do capital.

A partir da década de 90 as explicações para a crise do capitalismo centram-se na "demasiada" regulação do estado na esfera social e econômica, abrindo porta para as idéias neoliberais que propunham a revisão do papel do estado através de sua modernização e eficiência, significando sua redução tanto na regulação do mercado quanto na promoção das políticas sociais. Para a educação superior a entrada do neoliberalismo no Brasil significou a intensificação de sua mercantilização, então a educação que deveria representar um direito,



passa a ser um serviço disponível para a exploração do capital.

A história da educação superior brasileira mostra que ela está sempre voltada para a qualificação de mão-de-obra, de acordo com as necessidades específicas de um momento histórico do capitalismo; para a difusão da concepção de mundo burguesa e o desenvolvimento do país, isto é, a inserção nacional ao mundo capitalista; manter a ordem social e expandir o mercado privado da educação.

As políticas de expansão de acesso à educação se dão, historicamente, por meio do sucateamento das IFES públicas, redução de verbas públicas; estímulo e investimento público nas instituições privadas; desmonte do direito à educação e sua mercadorização; estímulo ao empresariamento e desresponsabilização do Estado com este serviço social.

Historicamente governos produzem e reproduzem mecanismos para a implementação de uma política de expansão de acesso à educação superior, porém sempre sob uma lógica mercantil em detrimento das reais necessidades sociais e sempre com um mesmo resultado: a privatização. Para isto criam a ilusão da democratização do acesso à educação, com argumentos como, desenvolvimento do país, combate à pobreza, modernização, eficiência, redução de desigualdades sociais, etc., porém discursos e conceitos são esvaziados de seus sentidos e utilizados como estratégias ideó-culturais, a fim de promover o consenso e assegurar lógica mercantil capitalista.

Nesta análise, pode-se perceber que a política de educação superior no Brasil vem percorrendo um caminho de privatizações e servindo basicamente aos interesses e necessidades do capital. Nesta perspectiva, a negação do direito à educação como um bem público, democrático, de qualidade e universal vem se materializando em prol da acumulação capitalista que mercantiliza todas as coisas e afasta do ideário social a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade democrática mais justa e igualitária. Podemos dizer que o triunfo neoliberal se dá ao mesmo tempo através da implementação de medidas políticas e da produção e reprodução ideó-cultural, tornando-se essencial além da identificação, denúncia e a imposição de resistência, a construção e difusão de uma nova ordem cultural que expresse uma nova sociabilidade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, C. D. L. **Assistência Estudantil: compromisso do Serviço Social com o ensino superior**. Em Debate (PUCRJ. Online), v. 09, p. 01-29, 2012.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.
- GENTILI, Pablo. Adeus à Escola Pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das minorias, In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- INEP. **Brasil teve mais de 7 milhões de matrículas no ano passado**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/brasil-teve-mais-de-7-milhoes-de-matriculas-no-ano-passado. Acesso: 11/06/14.
- LIMA, Kátia R. de Souza. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.
- _____; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas:15(1): 31-50, jan.-jun./2009.